

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ERER – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS.

ROSÂNGELA RODRIGUES DA SILVA MENDES

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR IGNÁCIO LIPSKI.**

ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR
2015

ROSÂNGELA RODRIGUES DA SILVA MENDES

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR IGNÁCIO LIPSKI.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado por Rosângela Rodrigues
da Silva Mendes como exigência do
Curso de Pós Graduação em EREER –
Especialização em Educação a Distância
em Educação das Relações Étnico-
Raciais da Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Professora Ms. Ana Caroline
Goulart.

ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSÂNGELA RODRIGUES DA SILVA MENDES

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR IGNÁCIO LIPSKI.

Especialização de Educação à distância em Educação das Relações Étnico-Raciais - MEC/SECAD e CIPEAD/NEAB-UFPR pela seguinte banca examinadora:

Professora Orientadora Ms. Ana Caroline Goulart
Universidade Federal, UFPR.

Professor Avaliador Ms. Jair Santana
Universidade Federal, UFPR

Curitiba, 13 de novembro de 2.015.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao dono do saber e da inteligência. Aquele que tudo vê e tudo pode: Deus!

A minha mãe que me gerou e as minhas irmãs que me incentivam a continuar por essa busca de conhecimento. Pelo orgulho que elas dizem sentir por mim. Obrigada, mãe. Obrigada “manas”.

A orientadora Ana Caroline Goulart que não me deixou desanimar e fez na guerra uma guerreira.

A todos os professores, palestrantes e colaboradores que nos proporcionaram momentos de reflexão e de conhecimento, em especial os tutores Jair Santana e Luiz Thiago, muito obrigado!

“Temos aprendido a voar como os pássaros, a nadar como os peixes, mas ainda não aprendemos a sensível arte de viver como irmãos”.

Martin Luther King

RESUMO

O presente projeto aborda a Lei Nº 10.639/03 nas práticas vivenciadas nos 4º e 5º anos da Escola Municipal Professor Ignácio Lipski desde o ano anterior a esse, além de trazer relatos de experiência pela autora desse projeto, de outras experiências vividas pela mesma em outras escolas, trazendo uma bagagem de conhecimentos adquiridos desde sua formação até os dias atuais, onde muito acrescentou essa especialização na Educação das Relações Étnico-Raciais.

SUMMARY

This project addresses the Law No. 10,639 / 03 in the practices experienced in the 4th and 5th years of the Municipal School Professor Ignacio Lipski from the year before that, and bring experience reports by the author of this project, other experiences the same in other schools, carrying a baggage of knowledge gained from its formation to the present day, where much this added expertise in the Education of Racial-Ethnic Relations.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PROFISSIONAIS QUE ATUAVAM NA ESCOLA ENTRE OS ANOS DE 1932 A 1988.....	13
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ESCOLA EM 2015.....	14
TABELA 3 – COMPOSIÇÃO DE TURMAS E ALUNOS DA ESCOLA EM 2015.....	15

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
 CAPÍTULO 1 – ERA UMA VEZ UMA ESCOLA... ..	13
1.1 Histórico da Escola Municipal Professor Ignácio Lipski.....	13
1.2 Características da Escola Municipal Professor Ignácio Lipski.....	16
1.3 A lei dentro das Diretrizes Curriculares Municipais.....	20
CAPÍTULO 2 – “QUEM CONTA UM CONTO, AUMENTA UM PONTO”.....	23
2.1 A prática docente na Educação das Relações Étnico-Raciais.....	23
2.2 Semana cultural e a Lei 10.639.....	26
2.3 Uma Lei que deve ultrapassar o mês de novembro: o cotidiano escolar sendo descolonizado.....	29
CAPÍTULO 3 – REESCREVENDO HISTÓRIAS.....	40
3.1 A relação da história do aluno com a Lei 10.639/03 e suas aprendizagens.....	40
3.2 A Lei 10.639/03, o currículo e a formação dos professores na área do Ensino Fundamental.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXOS.....	51

INTRODUÇÃO

Em 1999 iniciei minha carreira no magistério. Sou professora há 16 anos. Porém, no início de minha profissão, ainda professora recém formada cheia de esperanças e receios também, fui lecionar numa escola particular de Educação Infantil. Nessa época passei por diversos constrangimentos que me afetaram emocionalmente, pois uma aluna não aceitava ser tocada pela professora, porque a professora era “preta” e segundo ela, iria se sujar. Não acreditava que estava passando por aquilo. Fiquei tremendamente chocada, frustrada, afinal nem me considerava “tão preta assim”. Pais da aluna, direção da escola e professores envolvidos ficavam contornando e tentando resolver a situação. Mas, como todo professor, não desisti, afinal de contas era minha primeira experiência em sala de aula e precisava me adaptar ao meio. Então fui trabalhando a partir da realidade dos alunos, fazendo as devidas socializações, adaptações e envolvimento com atividades, ludicidade, historicidade, inclusões e enfim, fui me adequando ao meio, fazendo com que todos fossem aceitos. Venci essa situação. Apesar de que são muitos os desafios ainda.

Esse foi apenas o início de muitas outras situações constrangedoras. Desde essa época, ainda no início da formação, fui em busca de conhecimento sobre o que sofri e presenciei vendo outras crianças, adolescentes e adultos sofrerem: DISCRIMINAÇÃO – PRECONCEITO – RACISMO.

Hoje posso afirmar que esse estudo das Relações Étnico-Raciais, essa pesquisa me fez olhar para minha própria identidade com outros olhos e sentimentos, consegui me enxergar dentro da história, me aceitar da maneira que sou, com os cabelos enrolados que tenho, com a cor linda da pele que me cobre e faço da minha experiência exemplo e aceitação dos meus alunos uns com os outros, ensinando-os a respeitar os seus semelhantes, independente da sua raça, cultura, etnia, crença, credo, religião, orientação sexual, desigualdade social e econômica. Somos iguais, mas temos nossas diferenças e devemos respeitar a todos de igual modo. Muito me alegro em hoje ser beneficiada com essa lei, a Lei Nº 10.639/03, que contempla e asseguram os

direitos a diversidade, tal Lei que foi assinada há mais de 12 anos e que hoje tem se tornada reconhecida por muitos.

Em janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina a Lei N.º 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro Brasileira nos estabelecimentos da educação básica no Brasil, e, posteriormente, a Lei N.º 11.645/2008, que dá a mesma orientação para o combate à temática indígena. Ensinar a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira tornou-se uma questão curricular de caráter obrigatório que envolve toda a comunidade escolar, não apenas como instrumento de orientação para o combate a discriminação, mas também, como leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como um espaço de formação cidadã e afirmam a relevância de que a escola deve promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico, múltiplo e plural que somos.

O Brasil é um país reconhecido mundialmente por sua diversidade cultural e étnica que formam o seu povo. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, define no seu artigo 242, § 1º: *“que o ensino da História do Brasil levará em conta as diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”*. Segundo as DCN's – Diretrizes Curriculares Nacionais,

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (DCN's, p. 11, out. de 2004.)

Ou seja, todos os povos que deram sua contribuição na formação do país devem estar representados. Dando assim continuidade a este processo legislativo, citamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei 9394 de 20 de dezembro de 1.996.

Isto significa que, os currículos das escolas da rede privada e particular devem abranger as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Física, Biologia, Educação Física, Geografia, Realidade social e Política e História do Brasil, Art. 26 §1º.

A situação mudou com a Lei 10.639/03. A Lei, foi aprovada no ano de 2003, tornando a obrigatoriedade no Ensino Fundamental e Médio a inclusão do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, recentemente alterada para a Lei 11.645/2008, agregando à obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todo ensino brasileiro, bem como, o estudo da História e Cultura Indígena.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, diz que:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros dependem necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico raciais. Dependem, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola. (DCNS, p. 13, out. de 2004.)

Nesse contexto, delimitei como campo de análise e pesquisa o Ensino Fundamental, sendo mais específica na Escola Municipal Professor Ignácio Lipski, onde leciono desde o início do ano de 2.013 nas turmas de 4º e 5º ano. As Diretrizes Curriculares Municipais do município de Almirante Tamandaré afirmam que,

O respeito à diversidade deve ser um trabalho contínuo dando ênfase ao tema Cultura Afro-brasileira e Indígena, com o objetivo de identificar a contribuição desses grupos na formação da cultura brasileira. Esses temas devem ser abordados e discutidos do 1º ao 5º ano com enfoques diferentes de acordo com a faixa etária do aluno, visando desenvolver e ampliar o conhecimento dos alunos sobre o assunto, evidenciando que a construção da identidade brasileira se dá pela mistura das etnias, e que devemos respeitar as diferenças entre os povos e as pessoas. Nesse sentido, o ensino de História contribui para

a compreensão do aluno de outras formas de viver, outras culturas de tempos e espaços diferentes, ampliando seu conhecimento, e fortalecendo sua formação de cidadão consciente, crítico, sujeitos da história e do conhecimento. (DCM, parte 2, 2006).

CAPÍTULO 1 – ERA UMA VEZ UMA ESCOLA...

1.1- Histórico da Escola Municipal Professor Ignácio Lipski

O Projeto Político Pedagógico trás o histórico da Escola Municipal Professor Ignácio Lipski que teve sua história iniciada em 1.932, com o Colégio das Irmãs, devido terem trabalhado e dedicado muito de seu tempo para com a educação básica e com a comunidade local. As irmãs lecionaram no Colégio até 1.966, ano em que a escola foi fechada e demolida, devido sua estrutura de madeira estar toda comprometida por cupins, umidade e por ser um terreno em cima do aquífero em Almirante Tamandaré e destelhamento do estabelecimento, uma vez que já era bastante antiga a construção, isso segundo relato de funcionárias que lecionam desde esse tempo até nos dias atuais nessa instituição de ensino e que eu, enquanto busco por informações, as questioneei e recebi as informações para a presente pesquisa.

Em 1.986 foi então reconstruída a “escolinha”, como carinhosamente é chamada pelos moradores mais antigos do bairro Botiatuba, uma construção pequena com apenas uma sala de aula, onde os alunos iam com o intuito de aprender as primeiras letras e, ler e escrever seu próprio nome. Nessa época a escola recebia o nome de Escola Isolada Nossa Senhora das Graças.

Conforme foi crescendo o número de alunos, a procura de vagas para matrícula aumentava. Houve a necessidade de construir mais uma sala de aula. Com a reforma, a escola passou a ter duas salas de aulas. As salas eram multisseriadas, turmas de 1ª a 4ª série, ou seja, numa mesma sala de aula freqüentavam alunos de faixa etária diferentes, que aprendiam atividades distintas para sua idade. Ainda nessa época, a localização da escola era considerada uma área rural do município de Almirante Tamandaré. Com sua

estrutura pequena, e poucos alunos, a escola foi, por algum tempo, construída no mesmo terreno que a casa da professora Lady Risolette Straiotto¹, também funcionária da escola na época. Atualmente a escola está cercada por muros que separam escola e casas dos moradores próximos.

Conforme as informações contidas no PPP da escola, entre 1.986 e 1.988 a Escola Isolada Nossa Senhora das Graças passou a ser administrada pelo Colégio Marista de Curitiba em comum acordo com o prefeito da época, Senhor Roberto Luiz Perussi, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo desejo de ampliar os conhecimentos e o crescimento da comunidade. Segundo o histórico, nessa época a escola atendia aproximadamente (60) sessenta alunos da rede pública de Almirante Tamandaré e passou a ser reconhecida por Escola Rural Municipal Nossa Senhora das Graças², nome esse dado em homenagem a padroeira do Município de Almirante Tamandaré.

Com o grande crescimento da comunidade de Botiatuba, fez-se necessário a construção de uma escola maior que suprisse as necessidades de ensino para todas as idades escolares, porque nessa época, ano de 2006/2007, fecharam as escolas rurais do município e os alunos foram encaminhados para as escolas mais próximas do lugar de onde moravam como os bairros: Juruqui, Marmeleiro e São Miguel. Assim, no dia 28 de junho de 2.008 foi inaugurada a Escola Municipal Professor Ignácio Lipski.

Construída no mesmo terreno, a escola teve seu espaço ampliado, aumentando o número de salas de aula, banheiros, biblioteca, laboratório de informática, cantina, refeitório, secretaria, sala de direção e coordenação, sala de professores com banheiros e pátio coberto.

Entre 1.932 a 1.988 a escola contava com um pequeno quadro de funcionários³, ou seja, duas professoras, onde elas mesmas davam aula, limpavam e preparavam a merenda escolar, além de se responsabilizarem pela parte administrativa escolar, como demonstrado na tabela abaixo

¹ A professora Lady faleceu em 2014, quando a escola já estava bastante estruturada, deixando de lecionar aos 70 anos de idade após aposentar-se.

² Esse era um espaço da construção onde fora uma vez o local em que os alunos eram recebidos para aprenderem a ler e escrever. Um espaço construído e destinado à educação e à aprendizagem de crianças.

³ Professora Lady R. Straioto e professora Janete Straioto, mãe e filha.

TABELA 1: PROFISSIONAIS QUE ATUAVAM NA ESCOLA ENTRE OS ANOS DE 1932 A 1988.

TURMAS MULTISSERIADAS	PROFESSORAS
1ª e 2ª série	Lady R. Straioto
3ª e 4ª série	Janete Straioto

Fonte: A autora, 2015.

Hoje a escola conta com um número maior de funcionários, dentre eles professoras regentes de 1º a 5º ano, professora de sala de recursos, professoras para aulas de áreas específicas – Ensino Religioso, Educação Física e Arte, professora de reforço escolar, secretária, coordenadora e diretora, além das funcionárias responsáveis pela alimentação e limpeza do ambiente escolar, como disposto abaixo:

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ESCOLA EM 2015.

CARGO	FORMAÇÃO
Professora	Pedagogia; Educação Física Escolar.
Professora	Magistério; Pedagogia.
Coordenadora	Magistério. Especialização em educação Infantil; Pedagogia;
Professora	Normal superior; Liderança no espaço escolar, orientação educacional, supervisão e direção escolar.
Professora de reforço	Normal superior; Liderança no espaço escolar, orientação educacional, supervisão e direção escolar.
Professora de sala de recursos	Normal superior; Psicopedagogia; Especialização em Educação especial.
Professora de Educação Física e Ensino Religioso	Pedagogia; Gestão escolar.
Professora	Magistério; Pedagogia
Professora regente e de	Pedagogia;

Arte	Gestão escolar; História da Cultura-afro.
Professora	Magistério; Especialização em Educação Infantil; Pedagogia; Especialização Educação das Relações Étnico-Raciais.
Diretora	Magistério; Especialização educação Infantil; Pedagogia; Psicopedagogia.

Fonte: a autora, 2015.

1.2- Características da Comunidade da Escola Municipal Professor Ignácio Lipski.

Atualmente a Escola Municipal Professor Ignácio Lipski situada no Bairro Botiatuba, na Lamenha Grande, no Município de Almirante Tamandaré, atende aproximadamente 210 famílias, com um total de 257 alunos que estão distribuídos em 5 turmas do 1º ao 5º ano no período da manhã e tarde.

TABELA 3: COMPOSIÇÃO DE TURMAS E ALUNOS DA ESCOLA - 2015.

Série	Nº de turmas	Nº de alunos matriculados	Nº de turmas	Nº de alunos matriculados
1º ano	01	22	01	21
2º ano	01	26	01	30
3º ano	01	30	01	29
4º ano	01	26	01	24
5º ano	01	25	01	25

Fonte: a autora, 2015.

Em 2014 a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, Secretaria de Educação Municipal e a direção escolar, aplicaram um questionário para as famílias dos alunos, com o objetivo de melhor conhecer a comunidade escolar.

A Secretaria de Educação Municipal juntamente com a direção da escola aplicaram um questionário para as famílias dos alunos e de conversas com moradores antigos, moradores que deram início na construção desse bairro,

dessa região, para conhecer mais sobre a realidade em que a Instituição de Ensino está inserida, porque no próprio questionário foram feitas perguntas sobre o local onde moram, suas satisfações e insatisfações quanto ao bairro, à renda familiar, a localização das moradias, a proximidade ou não da casa/escola, se há ou não necessidade do transporte escolar, das funções de trabalho dos pais e/ou responsáveis dos alunos, digo isso porque muitos dos alunos moram com avós, tios, responsáveis legais quando na falta dos pais por inúmeros motivos nas suas particularidades.

Segundo a pesquisa citada acima, a grande maioria das famílias dessa instituição escolar, não participam de nenhum programa governamental. Entretanto os programas mais assinalados encontra-se o Bolsa Família com aproximadamente 50 famílias cadastradas, o Programa do Leite com aproximadamente 20 famílias, o Bolsa Escola com 15 e o Vale Gás com 5 famílias.

As famílias normalmente são compostas por: pai, mãe e filhos. Com base nesta realidade muitos alunos são bastante desassistidos pela família, uma vez que muitas famílias não comparecem quando solicitadas em caso de indisciplina dos filhos, porém, somente comparecem para pegar os boletins dos filhos.

Percebo em minha sala de aula, quando os alunos se expressam, que a maior dificuldade deles é a falta da presença da família. A falta de atenção na realização de uma tarefa de casa, de um abraço, um carinho, uma vez que é perceptível, pois buscam isso na figura da professora. Quando isso é conversado com os pais e/ou responsáveis legais a maioria justifica-se pela falta de preparo, de conhecimento escolar, de oportunidades nos estudos, o cotidiano corrido no trabalho e, portanto, a falta de tempo para a complementação escola – casa, para o apoio às tarefas de casa.

No que diz respeito à origem das famílias, verifica-se que a muitos são descendente de poloneses, ucranianos, italianos, portugueses e alemães. São imigrantes colonos, muitos ainda trabalham em lavouras, trabalham com a terra, produzem e vendem hortaliças, verduras, leguminosas e frutas. São feirantes; ou seja, a grande maioria dos alunos são filhos de agricultores e

chacareiros, mas a maioria das famílias se classifica como pardos, porém são poucos os alunos pardos, na sua maioria são brancos.

Quanto à religiosidade das famílias, segundo o questionário, se declaram: 120 católicos, 100 evangélicos, 15 não seguem nenhuma religião – ateus – 07 adventistas e os demais são adeptos de “outras” religiões que no questionário não relata a nomenclatura dessas outras religiões, se africanas ou não, porém em conversas com os alunos, acabamos por ouvir relatos de participação familiar em centros espíritas e em casas de religiões de matriz africana. Porém, são poucos os que se abrem para falar sobre o assunto. Percebe-se que isso é uma construção de pré-conceitos construídos dentro do próprio ambiente familiar, sendo transmitidas pelos pais e avós que denominam as religiões afro-brasileiras de “macumba”, “feitiçarias”, “bruxaria”, “satanismo” de “feitoria ruim para o próximo”. Preconceito esse que vai tão longe que, num certo momento nos deparamos com a negação de comer um prato típico baiano, por ter sido feito por uma baiana e deduzir que esse pode ser oferenda a alguma entidade que não condiz à religião oposta. E há crença de que isso pode trazer malefícios à saúde física e espiritual porque se contradiz naquilo que acreditamos.

Já aconteceu e acontece ainda em algumas escolas que lecionei, de pais proibirem seus filhos de participarem das aulas de Ensino Religioso por ser uma disciplina que trata de religiões que não condiziam com suas crenças, seus costumes e tradições. Mesmo sendo conteúdos respaldados pela Lei nº 10639/03, e constando nas Diretrizes Curriculares Municipais que abrangem as religiões afro-brasileiras – onde a professora aplica o conteúdo baseado em estudos, pesquisa, elaborando textos, planejamento - aconteceram de pais reclamarem e pedirem que fossem retirados os cartazes das paredes da escola e atividades arrancadas de cadernos. Diante da recusa de algumas famílias em aceitar determinadas atividades pedagógicas, alguns alunos deixaram de participar das aulas de Ensino Religioso e dos momentos de apresentações realizados pela sua turma.

Para Porto, esse é um dos “preconceitos religioso e racial preexistente na população” que os professores enfrentam em sala de aula.

É fundamental também refletir sobre o segundo dos problemas levantados – a conjugação dos preconceitos raciais e religiosos, perpassada pelo temor à magia – que gera resistências e reações afetivas (muitas vezes intensas) tanto no corpo docente quanto discente, impedindo até mesmo que as temáticas sejam abordadas. Ou, em alguns casos, levando a que a exposição das dinâmicas das religiões afro-brasileiras tenha resultado oposto àquele visado – ou seja, que este conhecimento seja tomado como reforço dos preconceitos religiosos e raciais preexistentes. (PORTO, 2014, p.186)

Temos que ser flexíveis quanto às religiões, respeitando as diversidades culturais. Respeitando os valores de cada ser; aprimorando os conhecimentos e abrindo mão dos preconceitos quanto às religiões afro-brasileiras e demais entidades. Para Porto,

(...) refletir sobre as influências africanas no quadro religioso nacional exige que se considerem processos históricos que remontam ao período colonial e se estendem até os dias de hoje, apontando sistemas de dominação, segregação e resistência ao longo deste tempo. Com efeito, a religiosidade brasileira é tanto muito diversificada quanto dinâmica, está em constante reconfiguração. Reconhecer tal dinamicidade é fundamental para se pensar a questão das religiões afro-brasileiras e de sua posição no cenário religioso mais amplo. Principalmente quando o foco é o sistema educacional, pois tanto professores quanto pais e alunos reagem à temática de acordo com seus próprios contextos sócio-culturais e religiosos. (PORTO, 2014, p.189)

Segundo Fernandes (1966), “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito”. Já para Porto, esse preconceito abrange não somente a raça, mas a religião e os costumes de todo um povo, destacando que esse preconceito tem se vinculado nos saberes transmitidos nas escolas para esclarecer o conhecimento a partir de estudos na Lei 10.639/03 que trás as conquistas representadas por instrumentos legalizados, onde sensibiliza a população em abrir mão dos preconceitos e aceitando melhor às mudanças e os direitos universais da convivência e aceitação, independentemente de raça e religião.

Por isso o motivo dessa pesquisa embasada na lei 10.639/03 onde regulamentam a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira em todos os níveis de ensino seja ele público, particular, ensino básico e superior. Isso é um marco histórico importante e sinaliza para a mudança de

qualidade na educação no Brasil. Mas será que as Leis realmente vêm sendo cumpridas nas instituições educacionais brasileiras como políticas afirmativas para programas de mudanças nas práticas pedagógicas? Nas últimas décadas, muitas mudanças vêm ocorrendo no ensino de História que deixaram de insistir na memorização das datas, acontecimentos e heróis para voltar-se para a formação do pensamento reflexivo e crítico, comprometidos com a cidadania. Esses procedimentos acompanham a vida escolar desde os anos iniciais, no entanto, no Ensino Fundamental esse trabalho caracteriza-se na abordagem de noções e conceitos indispensáveis à formação do pensamento histórico.

Os principais objetivos dessa pesquisa será analisar a lei e o que ela valida; se alia o discurso pedagógico à prática do cotidiano; observar na escola em que atuo como se procede a lei durante o ano letivo; tirar as conclusões necessárias do antes e depois da Lei 10.639/03 na escola aqui pesquisada, a Escola Municipal Professor Ignácio Lipski, aprofundar os conhecimentos para o comprometimento e o desenvolvimento da Lei 10.639/03 estabelecida no Currículo Nacional da Educação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para além dos discursos pedagógicos.

Uma vez que, na escola estamos realizando também a primeira etapa da coleta de dados para o Censo Escolar da Educação Básica de 2015. Nessa fase, que irá do dia 27 de maio até 31 de julho, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) recolherá informações detalhadas sobre escolas, alunos, professores e turmas de todas as etapas e modalidades da educação básica do país. O órgão responsável enviou as escolas materiais para serem afixados na escola (cartazes) e texto informativo aos professores para leitura e explanação do assunto e para assim ser repassado aos alunos e comunidade escolar.

1.3- A Lei 10.639 dentro das Diretrizes Curriculares Municipal.

A Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré, a partir de 2005, visando conhecer a realidade educacional do município, iniciou um processo de discussão e reflexão junto aos profissionais da educação acerca

da necessidade de sistematizar políticas públicas para a educação municipal. A construção deste documento teve como princípio possibilitar à esfera municipal a continuidade das políticas públicas educacionais como ações prioritárias a melhoria da educação.

A partir deste significativo momento de construção evidenciaram-se os reais desafios a serem enfrentados no sentido de avançar na qualidade do processo educativo; tais como: a realização do planejamento pedagógico buscando formar de forma intencional, respeitando os eixos de ensino e suas faixas etárias, articulando conhecimento e ludicidade ao processo de ensino.

Assim, como desde o início desta Gestão (2005-2008)⁴ estabeleceu-se a educação como prioridade, a equipe da Secretaria organizou um programa de formação continuada com a intenção de oportunizar aos gestores e professores uma reflexão sobre a prática educacional, de forma a buscar diferentes olhares e metodologias a inovação do trabalho pedagógico.

Concomitantemente ao desenvolvimento deste trabalho, a equipe da Secretaria Municipal de Educação, subsidiou as escolas na construção do Projeto Político Pedagógico, tendo como princípio o processo coletivo e autônomo das escolas.

Em 2007, em atendimento a Lei 11274/06, iniciou o processo de implantação do Ensino Fundamental de nove anos com base em uma proposta curricular elaborada a princípio para o 1º ano. Paralelo a essa implantação, os professores destas turmas iniciais participaram de encontros de formação no sentido de buscarem maior segurança para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que atendesse a especificidade da criança de seis anos.

Diante deste contexto educacional revela-se a necessidade de discussão e reflexão da prática docente acerca dos conteúdos trabalhados nas áreas do conhecimento das diferentes séries. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de uma nova organização curricular, o que culminou com a

⁴ Gestão política e administrativa: Prefeito Vilson Goinski; Vice-prefeita Maria B. A. Pavoni; Secretário Municipal de Educação Romildo S. de Brito; Diretora administrativa Wânia P. Borges; Diretora do departamento de ensino Ângela M. Ferreira; além de toda equipe de departamento de ensino, educação infantil, educação especial, profissionais da área da educação envolvidos e do consultor geral e de revisão linguística, Professor Geraldo de Almeida Peçanha.

construção das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.

Para realizar este processo de elaboração, a equipe da Secretaria organizou grupos de trabalho formados por docentes da rede municipal de ensino, habilitados nas diferentes áreas do conhecimento. Esta representatividade dos professores viabilizou a legitimidade do documento como processo de participação um momento histórico de discussão da escola como espaço de conhecimento. Desta forma, o processo de construção se efetivou em meio a vários encontros direcionados à leitura, discussões, avaliações e seminários. Este momento foi assessorado pelo Professor Geraldo Peçanha de Almeida, tendo em vista sua notória experiência na área pedagógica e também pelo conhecimento da nossa realidade educacional em função dos encontros de formação continuada realizados junto aos professores. Sobre o currículo Sacristan diz que,

As funções que o currículo cumpre como expressão do projeto de cultura e socializações são realizadas através de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que cria em torno de si. Tudo isso se produz ao mesmo tempo: conteúdos (culturais ou intelectuais e formativos), códigos pedagógicos e ações práticas através dos quais se expressam e modelam conteúdos e formas. (SACRISTÁN, 2000, p. 16).

Por fim, respeitando os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais e o fruto da reflexão coletivas dos educadores é que resultou o documento “Diretrizes Curriculares” que visam a orientar o conjunto de escolas que compõe rede municipal de ensino na busca de uma educação de melhor qualidade.

CAPÍTULO 2 – “QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO⁵”.

2.1- A Prática Docente na Educação das Relações Étnico-Raciais.

Lecionando em escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede particular e pública já vivenciei muita coisa dentro e fora de sala de aula, dentre eles o racismo, o preconceito social e religioso e mesmo a homofobia entre crianças e adultos. É nesse âmbito escolar que se encontram diferentes tipos sociais, religiosidades diversas, cada um com sua criação, etnia, respeito frente às diversidades, as desigualdades sociais presentes. Portanto, é aí que a escola entra para refletir sobre as diferenças, trabalhando com diversidade cultural, identitária, diferenças de pensamento, de opinião fazendo-se trabalhos de aceitação, integração e socialização entre alunos e pais, funcionários da escola e comunidade.

Os materiais escolares, livros didáticos e paradidáticos vem trazendo, aos poucos a inserção de fotografias de famílias negras reunidas, indígenas na sociedade atual lutando também pelo seu espaço junto à sociedade, os novos tipos de famílias da sociedade brasileira e estrangeira, mostrando a diversidade no Brasil. Tudo isso é enriquecedor para aceitação uns dos outros.

Penso que, mesmo fazendo-se projetos nas escolas, ainda falta uma integração, um entrelaçamento das Diretrizes Curriculares Nacionais junto ao Projeto Político Pedagógico das escolas, por isso o trabalho muitas vezes não surte real efeito.

Anos anteriores, trabalhando a data da Consciência Negra no mês de novembro, expomos alguns trabalhos e realizamos uma dramatização do livro “Menina bonita do laço de fita”, de Ana Maria Machado; onde alunos, pais, funcionários, enfim, toda comunidade escolar iriam prestigiar os trabalhos expostos de toda a escola e assistir à dramatização. Num momento de escolha das personagens, os colegas iam escolhendo seus papéis e uma das alunas (negra) se recusou a participar dizendo ter vergonha de representar um negro.

⁵ Nome esse que leva o Projeto de Leitura da Escola Municipal Professor Ignácio Lipski.

Que o cabelo dela não era como o da personagem, nem os lábios e por aí percorreu as características que ela foi apontando. Naquele momento refleti que o próprio negro tem “embaraço” ou “temor” em assumir uma identidade negra, ou de não ser aceito após se identificar como negro. A mesma coisa quando perguntamos a um menino “O que quer ser quando crescer”? Imediatamente eles respondem: “Quero ser policial pra usar arma e matar, defender, proteger...”. Ouço isso quase que sempre na sala de aula. Ou seja, é algo que a sociedade vem vivenciando, a mídia vem mostrando sem restrição de idade e muitos pais cochilando no “sono da indolência” com vistas grossas e alheias a tudo isso.

Por isso a importância de se aprender, aprofundar os conhecimentos e se apropriar da Lei Nº 10.639/03 para se assegurar a garantia de direitos da integração e interação sociocultural. Portanto, as leis foram de encontro às necessidades dos alunos que em fase escolar é onde mais se confrontam com a discriminação cultural e racial, desse modo também podem ver o reflexo da sua cultura nas aulas ministradas dentro das salas de aulas. Para Nilma Lino Gomes,

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. No entanto, é importante considerar que há alguma mudança no horizonte. A força das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos tende a aumentar cada vez mais nos últimos anos. As mudanças sociais, os processos hegemônicos e contra-hegemônicos de globalização e as tensões políticas em torno do conhecimento e dos seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente introduzem, cada vez mais, outra dinâmica cultural e societária que está a exigir uma nova relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento. Os ditos excluídos começam a reagir de forma diferente: lançam mão de estratégias coletivas e individuais (GOMES, 2012, p. 102).

A Lei 10.639/03 tem o importante princípio de desafiar todos os sujeitos que fazem parte do processo político-pedagógico, nos processos educacionais na Educação Básica e formação de professores conforme recomenda o

parecer 03/2004. “A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores.” (BRASIL, 2004, p. 08)

A Lei 10.639/03 veio para dar ênfase aos direitos à diversidade cultural dos sujeitos envolvidos no processo educativo, uma vez que é evidente ainda o preconceito, a discriminação e o racismo no cotidiano escolar, na formação docente e sociedade em geral. Para Nilma Lino Gomes,

Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. Esse “outro” deverá ter o direito à livre expressão da sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros. Refere-se também aos conflitos, choques geracionais e entendimento das situações-limite vivenciadas pelos estudantes das nossas escolas, sobretudo aquelas voltadas para os segmentos empobrecidos da nossa população (GOMES, 2012, p. 105).

Infelizmente ainda estamos caminhando a lentos passos de um avanço que apareça com maior ênfase, uma vez que a cultura afro não é devidamente valorizada, apesar dos 10 anos de existência da Lei 10.639/03. A Lei está aí para afirmar a que veio e para desafiar a todos para que ela prevaleça.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados. Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos

responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão. A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. (DCNS, p. 11, out. de 2004.)

2.2- Semana cultural e a Lei 10.639.

No Município de Almirante Tamandaré há em calendário escolar anual a Semana Cultural, que acontece sempre no mês de novembro, quando as escolas promovem eventos, amostras culturais de dança, canto, culinária, atividades esportivas, apresentações diversas de trabalhos que foram realizados no decorrer de todo ano letivo sobre a cultura afro-brasileira, mas de culturas de outros povos também.

No ano retrasado, em 2013, devido a Copa do Mundo, a Secretaria de Educação de Almirante Tamandaré dividiu os países entre as escolas e cada uma delas representou os países do mundo todo na Semana Cultural. A nossa escola ficou encarregada de trabalhar com a cultura ucraniana e, os alunos se envolveram muito, assim como os pais que deram entrevistas sobre a descendência da família, do sobrenome que carregam nos seus registros, das influências e costumes que trazem de gerações, uma vez que nessa região, Almirante Tamandaré, há muitos imigrantes italianos, poloneses e ucranianos, mas nem por isso foi deixado de trabalhar a cultura africana.

Os temas foram divididos e os 4º anos⁶ ficaram com a cultura indígena e os 5º anos ficaram com a cultura africana, no decorrer do ano letivo fomos trabalhando dentro dos conteúdos da grade curricular o assunto, onde deveria pesquisar a história, os símbolos nacionais, a culinária, os costumes, a cultura e algumas palavras do vocabulário desses povos, ao final tínhamos que realizar uma apresentação dessas culturas à comunidade escolar.

⁶ Nesse ano (2013) fizemos um Projeto Piloto na escola, no qual as professoras de 4º e 5º anos trabalhavam com ambas as turmas. Eu lecionava História e Língua Portuguesa para as duas turmas, então pude ver o desenvolvimento das duas culturas: indígena e africana.

Chegaram pesquisas sobre capoeira, máscaras africanas, religiosidade indígena e seus artesanatos, receitas da tradicional feijoada, lenda da pinga, maquetes de grupos indígenas, tudo auxiliado pelos pais.

O que mais foi comovente foi a participação dos pais, que acabaram se envolvendo na própria história. Foram em busca daquela bagagem que ficou lá atrás, na época que estudavam e isso foi um tanto tocante. Essa abertura de uma vivência passada de pais para filhos.

Na Semana Cultural, em novembro, tínhamos muito material pesquisado, confeccionado e foi exposto para toda a comunidade escolar, ou seja, alunos, pais, funcionários, amigos, patrocinadores, visitantes etc.

Pudemos degustar da culinária tão diferenciada de outra cultura, prestigiar apresentação de canto e dança diferente da que estamos acostumados de assistir no nosso país, cantar o nosso Hino Nacional e ouvir e respeitar assim como o nosso, o Hino Nacional de outro país. Os alunos do 5º ano declamaram o poema “Homem de cor” com adaptação deles mesmos e ficou lindo! Os alunos pediram em uníssono mais amor e menos guerra entre os povos, menos preconceito e racismo verbal: “Não me chame de preto, eu sou negro”. Os alunos do 4º ano, na canção do grupo Palavra Cantada, declararam as diferenças nos nossos costumes e semelhanças daquilo que herdamos dos indígenas no nosso vocabulário, modos e costumes: “Todo mundo tem pouco de índio dentro de si. Todo mundo fala língua de índio tupi-guarani”. Decoramos a escola com frases de Nelson Mandela, Bob Marley, dentre outros; as máscaras da cultura africana e indígena, as maquetes e a história da cultura de povos que querem mostrar que também tem uma linda história pra contar e quer reconhecimento como qualquer povo. Enfim, foram momentos que marcaram e depois dessa experiência alunos, pais, funcionários e professores ficam sempre aguardando o próximo ano para prestigiarmos as comemorações da Semana Cultural nas escolas da região.

“Enquanto a cor da pele for mais importante que o brilho dos olhos, haverá guerra”. <i>Bob Marley</i>
--

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou

ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”.

Nelson Mandela



Quando eu nasci, eu era negro.
Quando você nasceu, você era rosa.
Quando eu cresci, eu ainda era negro.
Quando você cresceu, você ficou branco.
Quando eu pego sol, eu fico negro.
Quando você pega sol, você fica vermelho.
Quando eu sinto frio, eu continuo negro.
Quando você sente frio, você fica azul.
Quando eu tenho medo, eu fico negro.
Quando você tem medo, você fica verde.
Quando eu adoço, eu fico negro.
Quando você adocece, você fica amarelo.
Quando eu morrer, eu vou permanecer negro.
Quando você morrer, você vai ficar cinza.
E é você quem me chama de 'Homem de Cor'?
(Poema citado como sendo de autoria de uma criança angolana).

2.3- Uma Lei que deve ultrapassar o mês de novembro: o cotidiano escolar sendo descolonizado.

Na escola em que leciono existem alunos brancos, pardos e negros e há uma significativa falta de conhecimento dos professores e alunos da lei aqui contemplada, o que ocasiona uma visão de pouco caso em relação à aquisição de determinados conhecimentos. Infelizmente, acredito que essa realidade de falta de conhecimento da lei permeia todas as instituições de ensino da rede municipal da qual faço parte, e acredito ainda que não somente das redes municipais, mas aglomera ainda o Estado em geral (escolas estaduais e universidades), uma vez que pouco ouvimos comentários sobre esse assunto.

Segundo as DCNS:

Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes européias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática. (DCNS, p. 14, out. de 2004.)

Em 2014 houve situações de discriminação racial entre alunos do 5º ano, se confrontaram verbal e fisicamente dentro e fora de sala de aula. Nessa situação foram convocados os pais e a direção da escola apaziguou com diálogo pais e alunos envolvidos.

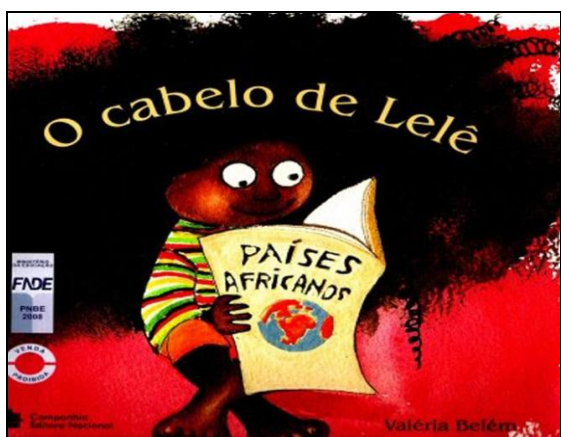
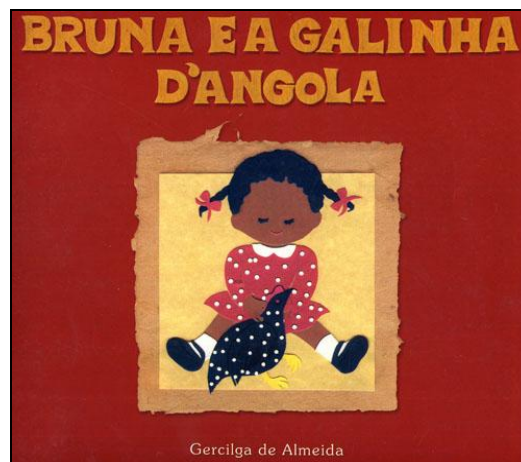
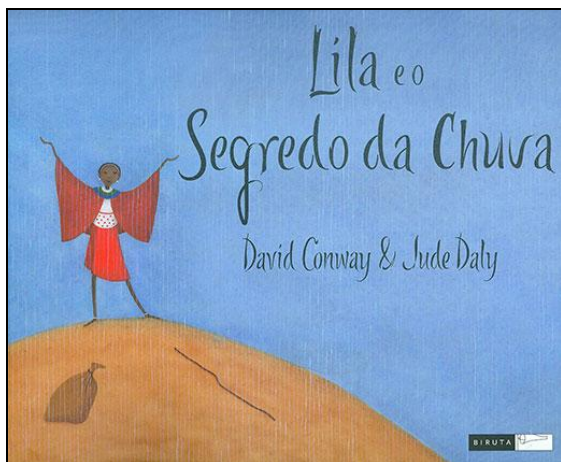
Nesse ano de 2015, um aluno do 5º ano, período da tarde, agrediu verbalmente um aluno do 2º ano, dentro do transporte coletivo. Chamou-o de “macaco”, “nego sujo” e por aí adiante. O pai do aluno no outro dia enviou a escola um bilhete muito educado pedindo que o assunto fosse discutido na escola, em sala de aula, pois a família toda ficou condoída por se tratar de serem crianças e de que nos tempos de hoje ainda haja tanto desrespeito, preconceito e discriminação uns com os outros, uma vez que ambos são da mesma cor de pele, os dois se afirmam pardos.

Os alunos foram chamados para conversar, houve pedido de desculpas e no dia seguinte, o mesmo aluno que agrediu, repetiu o caso com outras alunas da mesma turma que a sua. As mães foram à escola, indignadas, não acreditando nos insultos e palavreados racistas que o aluno despejou sobre suas filhas “cabelo de Bombril”; “nega maluca”. Foi feito ata. A mãe do aluno que discriminou suas colegas, não compareceu no ato quando lhe foi chamada, comparecendo semanas depois, se dizendo envergonhada, uma vez que ela disse que o filho é muito educado na sua presença e que ela não esperava isso dele. Acredito também que os alunos aprendem muito uns com os outros nesse convívio de escola, brincadeiras de rua, encontros fora de casa e com isso se revelam longe dos pais. Enfim, o aluno continua sempre sendo repreendido por pais, funcionários da escola pelo mesmo motivo. A escola sozinha não resolverá essa e outras situações. A família precisa conscientizar-se e ser presente na vida escolar dos seus filhos. Para Nilma Lino Gomes,

O ato de falar sobre algum assunto ou tema na escola não é uma via de mão única. Ele implica respostas do “outro”, interpretações diferentes e confrontos de idéias. A introdução da Lei nº 10.639/03 não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico poderão romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial. (GOMES, 2012, P. 105)

Dentro dessa situação os alunos do 5º ano realizaram trabalhos com interpretação, leitura deleite de livros literários: “Pretinho, meu boneco querido” de Maria Cristina Furtado; “Menina bonita do laço de fita” de Ana Maria Machado; “O cabelo de Lelê” de Valéria Belém; “meninas negras” de Madu Costa; “As tranças de Bintou” de Sylviane A. Diouf; “Bruna e a galinha D’angola” de Gercilga de Almeida; “Lila e o segredo da chuva” de David Conway e Jude Daly, dentre tantos outros contos africanos existentes na biblioteca de nossa escola e da Escola Ecológica Marista da qual fazemos integração com um projeto de biblioteca que temos com essa instituição. Essas leituras de assuntos que envolvam relacionamentos entre os povos de diferentes raças, culturas, costumes, religiões, o respeito e reconhecimento de

cada cidadão e até mesmo o lado de que o preconceito, o racismo e a discriminação não levam a nada, a não ser na perda de um amigo.



Nesses momentos utilizamos muita interpretação com dramatização. Os alunos gostam de interpretar e, com isso tem maior facilidade de compreender a mensagem, mas deve ser um trabalho diário, no decorrer de todo ano letivo. As interpretações se dão oralmente, por meio de produções textuais, construção de cartazes onde o trabalho pode ser tanto individual quanto coletivo e é aí que o aluno pode interagir com diferentes realidades, respeitando o ponto de vista do seu grupo e de cada integrante do grupo. Também são realizadas atividades interdisciplinares com jogos, leituras, musicalização, escritas por meio das tipologias textuais, expressões artísticas, reprodução de histórias e obras literárias e artísticas. Fazemos uso também de assuntos atuais que aparecem nas mídias, redes sociais aos quais os alunos têm acesso, para confrontarmos o que está acontecendo no mundo que muitas vezes afeta as salas de aula. Já na opinião de Tony André S. Vieira “os meios

de comunicação representam um poder simbólico, interferindo na organização do meio social”:

Não se percebe uma mudança significativa na produção de livros didático-pedagógicos. O que pesa bastante nessa relação é a quantidade avassaladora de livros didáticos e de literatura infantil e infanto juvenis produzidos a partir da perspectiva europeia. (VIEIRA, 2014, p. 63)

A escravização dos africanos⁷ no Brasil deixou muitas marcas profundas em nossa sociedade, e muitos descendentes de africanos ainda hoje enfrentam situações de racismo. Vemos isso direto nas mídias, jornais, telejornais e noticiários, uma vez que na escola trabalhamos com projetos fazendo uso do Jornal Gazeta do Povo – Projeto Ler e Pensar – e os alunos sempre contemplam situações de confronto racista, discriminação e preconceito racial.

Na sala de aula, após ter trabalhado com a entrevista do CENSO 2015, os alunos produziram um relato pessoal a partir das respostas da entrevista. Partindo daí realizamos o processo de um Registro de Identificação Geral (RG) onde os alunos aprenderam sobre suas digitais, seus dados pessoais, sua nacionalidade, paternidade, sua genealogia, sua identidade pessoal, seu auto-retrato. Para que isso acontecesse e houvesse uma compreensão por parte do aluno, os mesmos tiveram de realizar uma busca de informações, coletarem dados fidedignos da sua essência, fazer uma pesquisa sucinta junto aos seus familiares sobre sua história, a sua existência, os fatos que comprovam a sua existência e desde quando, favorecendo com isso uma compreensão mais aprofundada do seu próprio eu. Para isso levaram para casa uma folha mimeografada parecida à Certidão de Nascimento, onde o aluno preencheu (com a ajuda dos pais e responsáveis legais) com seus dados pessoais, tais como: nome, data de nascimento, gênero, filiação, altura, massa corpórea, endereço residencial, a definição dele quanto a sua raça/cor de pele, religião, nacionalidade, etc.

Quando os alunos retornaram com as fichas preenchidas, orientei-os na produção de um texto informativo sobre as respostas informadas por eles.

⁷ Os principais grupos de africanos (os bantos e sudaneses) trazidos ao Brasil vieram do Sul da África: Nigéria, Guiné, Congo, Angola e Moçambique. <http://maracatu.org.br/>

Dialogamos, entramos em debates e foi muito proveitoso falar sobre famílias e descendências familiares. Foi importante para os alunos expressarem a construção da sua família, o processo de como se constrói uma família. Na leitura das produções, na comparação dos dois gêneros textuais, o relato pessoal e o informativo perceberam que muitos dos alunos/famílias se consideram da raça parda, outros brancos e somente um aluno se considera negro, descendendo de família de pais negros e familiares pardos, descendente de raças miscigenadas. Após leitura, realizamos outra atividade onde o aluno resumiria, definiria seu texto em uma frase e uma ilustração dele juntamente com sua família e, vimos que todos somos iguais na constituição familiar, que existem famílias diferentes sim, mas que todas devem se respeitar, se amar e compartilhar de energias boas e positivas, independente das dificuldades, dos credos, das diferenças e semelhanças.

Avaliando o trabalho concluído, fica perceptível o entendimento e compreensão dos discentes⁸ com os conteúdos trabalhados a partir do que se pede na grade curricular e do ponto de vista da Lei 10.639/03 onde os direitos de todos devem ser considerados e partilhados dentro do contexto histórico, reconhecendo as culturas, as influências culturais, as preferências religiosas, a nacionalidade, a raça, a cor da pele, o sotaque, as vestimentas e seus adereços, as tradições e costumes, alimentação, ritmos de danças e musicalização, estimulando assim o convívio social e o reconhecimento das diferenças abordando a diversidade da experiência humana e a pluralidade de perspectivas culturais.

Com isso o educando também aprende que as famílias são formadas de gerações diferentes, distintas, têm características diferentes umas das outras, tem conceitos e pré-conceitos, costumes, particularidades diferentes umas das outras e que sua família também foi formada a partir de histórias que se encontraram e se constituíram família a partir daquele fator e então outras vidas vieram a existir para dar continuidade à história de seus antepassados tais como avós, tios, primos, bisavós, irmãos que vão dando sentido a partir do

⁸ Os alunos confeccionaram seus RG, desenharam no local da foto, fizeram suas digitais com carimbo, criaram suas assinaturas e fazem uso delas hoje para empréstimos de livros na biblioteca da escola. Nenhum aluno deixa seu RG em casa, trazem-nos todos os dias para sala de aula. A Certidão de Nascimento construída e preenchida por eles e familiares está anexada no caderno de História.

momento que vamos entendendo o decorrer das histórias de cada família e sua descendência, de onde vieram, suas peculiaridades, mas que nem por isso uma é melhor ou pior que a outra, todas tem seus direitos e deveres perante a sociedade em que está inserida. Nascimento cita que,

É antiga a preocupação dos movimentos negros com a integração dos assuntos africanos e afro-brasileiros ao currículo escolar. Talvez a mais contundente das razões esteja nas consequências psicológicas para a criança afro-brasileira de um processo pedagógico que não reflete a sua face e de sua família, com sua história e cultura própria, impedindo-a de se identificar com o processo educativo. Erroneamente seus antepassados são retratados apenas como escravos que nada contribuíram ao processo histórico e civilizatório, universal do ser humano. Essa distorção resulta em complexos de inferioridade da criança negra, minando o desempenho e o desenvolvimento de sua personalidade criativa e capacidade de reflexão, contribuindo sensivelmente para os altos índices de evasão e repetência (NASCIMENTO, 1993, p. 11).

Os trabalhos⁹ foram expostos fora da sala de aula para que as outras turmas, funcionários, comunidade escolar prestigiassem os trabalhos dos alunos do 5º anos A e B. Essa ação é de extrema importância, pois o aluno compartilha da função social da escrita e a atividade não fica somente na folha do caderno e isso pode servir de fonte de conhecimento para todos os envolvidos, todo trabalho da escola deve construir relações participativas que possibilitem formar o educando com capacidade de analisar os conflitos e demais situações que surgirem na sociedade em que vive e construir novos conhecimentos críticos, ou seja, aprender a resolver problemas e a construir novas atitudes em relação às metas que quer atingir nas diversas situações da vida, isso requer um posicionamento claro e consciente sobre o que se quer e como atingir tais metas, esta é a grande tarefa da equipe pedagógica da escola. Além de assessorar e orientar a prática dos educandos para a construção de conceitos, dentro de uma postura que se insere valores éticos, morais, atuando de forma crítica e responsável perante seus direitos e deveres enquanto aluno cidadão.

⁹ Esses trabalhos são realizados no decorrer de todo ano letivo e são expostos numa coletânea de trabalhos realizados por todas as turmas da escola na Semana Cultural que acontece no mês de novembro de cada ano, ou seja, não trabalhamos a História africana e afro-brasileira somente na semana da consciência negra.

Para Freire (1996), a “discriminação racial tem gênero e classe”. Em seu livro *Pedagogia do Oprimido* ele relata problemas da humanização. Que a desumanização era o resultado de uma ordem injusta que gerava violência dos opressores. Freire (1993), no seu livro *Pedagogia da Esperança* retoma o assunto e evidencia o retrato dessa “opressão e dominação” sendo fatores econômicos, estrutural e ético.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, que está sendo reelaborado nesse ano, uma vez que necessita de reparos por não constar alterações da LDB, inclusive a Lei aqui tratada, e das Diretrizes Curriculares Municipais, desde o ano de 2010 vem sendo trabalhado com intensidade a Cultura Afro-brasileira, africana e indígena, através de atividades apresentadas em oficinas da Semana Cultural, em momentos de discussões, debates e rodas de conversas. Ainda no PPP – Projeto Político Pedagógico, afirma que, a escola está participando das discussões relacionadas ao tema. Já no que se referem à cultura africana e indígena, os professores estão, aos poucos, introduzindo o tema em suas aulas, porém o enfoque maior ainda está ocorrendo na Semana Cultural e nas datas específicas de sua comemoração. Os dois temas citados são considerados de extrema importância para a formação de nossos educandos, por esse motivo vemos a necessidade de intensificar o trabalho destes temas em sala de aula.

Neste contexto, Libâneo explica que a organização curricular é o ponto de partida para alcançarmos nossos objetivos, provocando “reflexões sobre as nossas práticas e sobre o processo de ensino aprendizagem”.

A reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo. São necessárias estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que e como mudar (LIBÂNEO, 2005, p. 76).

Por isso venho desenvolvendo muitos trabalhos na Escola Municipais Professor Ignácio Lipski, onde leciono, a partir de reflexões das vivências que partilhamos. Com isso, acabo incentivando outros professores a tomar partido dos projetos étnico-raciais. Isso não se deu no início desse ano

porque comecei a Especialização das Relações Étnicas Raciais (ERER). Isso já tem acompanhado meu profissional desde o princípio dos meus dias em sala de aula, independente de serem escolas da rede particular ou pública. Sempre achei de fundamental importância trabalhar os direitos, a cidadania, o reconhecimento de todos os povos, a história das tradições dos povos, do respeito mútuo, das diferentes etnias existentes no mundo, até porque as turmas são heterogêneas. Assim, eles saberão como tratar uns aos outros, reconhecendo seus direitos e deveres, além dos limites de cada um.

Resultado disso foi ano passado (2014), minha turma era composta de 22 alunos no período da manhã e 24 alunos no período da tarde. Ambas as turmas de 4º ano. Propus o projeto à turma nas disciplinas de Língua Portuguesa e História, proposta essa interdisciplinar. Como toda criança, eles amaram a ideia de produzir um trabalho onde ao final iriam apresentar em “rede nacional”, ou seja, através de veículos como rádio, televisão, jornal e internet. Assim, as turmas foram divididas em grupos; onde o 1º grupo trabalhou com um texto sobre a história de como se iniciou a escravização de pessoas no Brasil; o 2º grupo trabalhou com as tradições e costumes dos povos trazidos de diferentes lugares da África; o 3º grupo apresentou um esquete sobre o preconceito e discriminação racial na sociedade nos dias de hoje; o 4º grupo com a rica história de Zumbi dos Palmares. Tempos diferentes, mas retratando o mesmo assunto. Os alunos confeccionaram cartazes, realizaram pesquisas e leituras em livros didáticos, textos fornecidos pela professora e textos pesquisados pelos próprios alunos na internet.

O primeiro grupo apresentou um telejornal explicando como foi a história dos negros traficados, escravizados e explorados aqui no nosso país de 1530 a 1888, realizaram uma linha do tempo desse período. O segundo grupo confeccionou jogos¹⁰ da memória de alimentos trazidos da África, instrumentos musicais africanos, que infelizmente foram quebrados devido o excesso de uso o que nem deu tempo de fotografá-los. O terceiro

¹⁰ Esses jogos foram uma releitura do material “A cor da Cultura”.

grupo apresentou um esquete sobre o preconceito e a discriminação racial ainda nos dias atuais, uma vez que puderam ter acesso às notícias na internet e televisão dos comentários sobre o caso do jogador de futebol, lateral brasileiro Daniel Alves, que foi discriminado em pleno campo de futebol. Segundo notícias na internet, durante a partida, o lateral também respondeu com bom humor uma provocação racista da torcida. Uma banana foi arremessada no campo quando ele ia cobrar um escanteio. O lateral catou a banana do chão, descascou-a e a comeu antes de fazer a cobrança. Na saída do gramado, o lateral comentou seu gesto. *"Estou a onze anos na Espanha, e há onze anos é igual... tem que rir desses atrasados"* (UOL, SP, 27/04/2014). Já o quarto e último grupo realizaram um jogral da História de Zumbi dos Palmares. E assim conheceram e reconheceram a luta de um povo que injustamente foi escravizado e de tal forma fizeram e fazem história até os dias de hoje.

Os alunos realizaram as pesquisas, produziram materiais, fizeram as apresentações no decorrer do segundo semestre todo e uns aprenderam com os outros a real história da escravidão no Brasil e no mundo em diferentes épocas. Como avaliações desse trabalho só têm a declarar que o conhecimento obtido por eles dessa forma, nessa proposta de trabalho, lendo textos sobre o assunto, observando fotografias de épocas distintas, pesquisando sobre a história em si do assunto proposto, confeccionando os materiais para exposição na escola, ensaiando para apresentar em rede e em massa que, a participação dos alunos, o envolvimento, a busca pelo saber foi de eficaz rendimento e produtividade para crescimento e obtenção de conhecimento, enriquecimento para toda a vida deles. Segundo os PCN's:

Uma opção metodológica que considera a atuação do educando na construção do seu próprio conhecimento, valoriza suas experiências, seus conhecimentos prévios e a interação professor-aluno, aluno-aluno (...) desenvolvendo no educando a capacidade de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, terem discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governarem-se participar da gestão de ações coletivas, estabelecerem critérios e eleger princípios éticos. (PCN's – Introdução – Vol.1 – p.94, 2001)

Refletindo sobre o trabalho realizado pelos alunos, podemos perceber que, primeiramente os meios de comunicação divulgam aquilo que lhe seja mais rendoso. Aquilo que vai causar impacto, trazer benefícios. A opinião do telespectador é o de menos para as redes de comunicação de telejornalismo, seja ele impresso, digital ou através de rádio e televisão. Poucos meios de comunicação são os que se interessam com a opinião pública de fato. Se há preconceito no Brasil e no mundo, isso não é apenas contra a etnia racial, mas sim também com o indígena, o de classe social baixa, o que tem pouco estudo, aquele que não frequenta e/ou não se apropria ou investe com a comunicação de maneira alguma, ou bem pouco, pra não se dizer maneira alguma. Hoje em dia até que tem bem mais profissional da comunicação que são negros, artistas de televisão e modelos negros e que, a nossa vista muitas vezes aparentemente, não demonstram racismo ou preconceito racial. Para VIEIRA, os meios de comunicação representam um “poder simbólico”, que influenciam e interferem na sociedade, onde as pessoas passam a confiar nas informações daquela determinada emissora. Os meios de comunicação são geradores de discórdias muitas das vezes. Porém o negro está mais atuante e destemido, sabendo se posicionar frente aquilo que ele sempre buscou: liberdade e respeito!

A opinião que os alunos de 4º e 5º ano deram após as aprendizagens com os trabalhos do projeto apresentado foram:

- i) “Todo mundo tem direitos e deveres. Brancos e negros.” (Nilson, 10 anos – 4º ano)
- ii) “Os brancos devem respeitar os negros e vice-versa, pois todos somos filhos do mesmo Deus, e assim, somos todos irmãos independentes da cor da nossa pele.” (Giovanna, 9 anos – 4º ano)
- iii) “Eu acho que os negros têm vergonha da cor da pele deles porque os brancos tiram sarro. Mas isso é bobagem, porque eu acho bonita a pele deles.” (Bryan Vitor, 9 anos – 4º ano)
- iv) “Eu não sou ‘preta’. Eu e minha mãe somos morenas”. (Jhenniffer, 13 anos – 5º ano)

- v) “Eu vi na TV que um torcedor jogou banana no jogador de futebol, Daniel Alves. Gostei da atitude dele em comer a banana. Nada a ver. Esse cara foi racista demais. Se fosse eu, comeria a banana também.” (Felipe, 11 anos – 5º ano)
- vi) “Eu sou negro! Adoro meus lábios que são grossos. Minha família toda é negra e a gente assume o que a gente é.” (Leonardo, 13 anos – 5º ano).

Infelizmente o que vimos na escola são reflexos do que acontecem fora dela, bons ou maus exemplos de adultos que são refletidos nas crianças e adolescentes. Crianças que negras, pobres, colonos enfim; são ridicularizadas e sofrem discriminação constantemente, não somente a racial, mas discriminação em todos os sentidos, por saber de menos ou demais o conteúdo, por acompanhar o raciocínio ou se perder nele, por ter vergonha de se expressar ou por não ser inibida e dar sua opinião sempre são reflexos de uma sociedade que não sabe refletir sobre suas ações e acaba que por repassar esses maus comportamentos.

A educação precisa de incentivos, de iniciativas que promovam a inclusão dos assuntos que tratam da Educação da Relação Étnico-Racial desde a tenra idade para a formação de cidadãos pensantes, mais conscientes e preparados para a inclusão real do afro-brasileiro, do afrodescendente, do indivíduo e de suas culturas sociais.

Infelizmente o preconceito cresce à medida que a criança vai presenciando cenas no seu cotidiano de rejeição, de abandono, de discriminação, de desprezo, de falta de acompanhamento, por falta de bons exemplos adultos, por sofrer preconceito e pensar que deve agir da forma com que ela é tratada se é esse referencial que ela tem. Por isso, se enquanto educadores e formadores de seres pensantes e críticos não fizermos a diferença, de nada adiantará nossa formação e juramento.

CAPÍTULO 3 – REESCREVENDO HISTÓRIAS.

3.1- A relação da história do aluno com a Lei 10.639/03 e suas aprendizagens.

“A educação de maneira geral é um processo constituinte da experiência humana, por isso se faz presente em toda e qualquer sociedade”. (GOMES, 2007).

A diversidade de culturas, de saberes, de conhecimentos nos traz um enriquecimento sócio-cultural a partir das práticas desenvolvidas, pois as opiniões podem ser adversas entre seres iguais, mas de diferentes pontos de vista, porque temos opiniões diferenciadas. Nós enquanto seres humanos somos diferentes uns dos outros em nossos aspectos culturais, nas nossas escolhas e nas nossas emoções.

“Essa diversidade deve aparecer em todos os processos da vida do sujeito social e no cotidiano escolar” (GOMES, 2007), ou seja, nos documentos que dizem respeito à vida do educando, tais como, livro didático, grade curricular, no plano de aula do professor, nos projetos pedagógicos da escola onde o aluno é o fator principal, pois ele faz parte de todo o processo de ensino aprendizagem.

Em sala de aula é perceptível a necessidade que alguns alunos demonstram em escrever, em relatar suas vivências, escrever sua própria história, colocar seu ponto de vista de determinado assunto e, muitas vezes lhe é permitido tão pouco se expressar e, recebe quase sempre tudo tão pronto, vindo de autores desconhecidos para si e ele querendo historiar sua própria biografia, contar seus próprios contos, claro a partir de acontecimentos que a fez lembrar-se dos seus fatores, dos seus argumentos, da sua realidade que muitas vezes é ou não, parecida com aquilo que ele leu e interagiu, mas que a fez refletir, recordar lá do seu interior lembranças que ocorreram em um determinado momento de sua vida. Com isso compreende-se a necessidade de mudanças no currículo, nas políticas e nas práticas pedagógicas. Para Gomes, “os educandos nunca foram esquecidos nas propostas curriculares; a

questão é com que tipo de olhar eles foram e são vistos”. (GOMES, 2006, p.54).

Muito se tem escrito e lido em jornais, revistas, redes sociais e afins sobre o assunto das relações étnico-raciais e, importante considerar que tem existido certo avanço e mudança, uma vez que a força contra o preconceito, o racismo, a desigualdade, a injustiça tem partido das pessoas que se consideram ou se consideraram prejudicadas e desamparadas pelas leis. E isso atinge as escolas, as universidades, a base de formação de professores e os interessados pelos seus direitos enquanto cidadãos.

Para Gomes, tem existido essa repercussão na prática pedagógica impactando teoria e prática dentro do contexto escolar:

Esse processo atinge os currículos, os sujeitos e suas práticas, instando-os a um processo de renovação. Não mais a renovação restrita à teoria, mas aquela que cobra uma real relação teoria e prática. E mais: uma renovação do imaginário pedagógico e da relação entre os sujeitos da educação. Os currículos passam a ser um dos territórios em disputa, sobretudo desses novos sujeitos sociais organizados em ações coletivas e movimentos sociais.
(GOMES, 2011, pg. 99)

Por isso a importância da alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, Lei 9394/96 através da sanção da Lei 10.639/03 e sua regulamentação pelo parecer CNE/CP 03/2004 e pela resolução CNE/CP 01/2004 (BRASIL, 2005). O que tem despertado muitos profissionais, principalmente na área da educação a ter maior interesse em (re) conhecer, (re) aprender e compreender a cultura negra e suas tradições não somente como vem contando nos livros didáticos.

No início do mês de junho, no Jornal Gazeta do Povo foi publicada uma reportagem sobre “A diversidade racial como eixo do ensino infantil” onde uma escola de Curitiba virou exemplo de como se trabalhar com a questão étnico-racial com crianças de 0 a 6 anos em sala de aula. Uma maneira simples e eficaz de fazer com que as crianças compreendam através do brincar e da brincadeira, do toque ao brincar, da observação e da valorização das diferenças e semelhanças. Algo que não foi trabalhado solto, mas dentro de um

contexto, de uma proposta pedagógica, amparado por um currículo e no decorrer do processo letivo, vindo já de anos de trabalho com as crianças e não somente nas datas específicas de comemoração, sendo estudado, planejado e executado pelo grupo de profissionais da área da Educação Infantil, abrindo oportunidades de (re) conhecer o trabalho da Educação Infantil e incentivando os pais e toda a comunidade escolar através de brincadeiras e conhecimento de literaturas que podem também ser lido para seus filhos. Talvez isso nos pareça pouco, mas já é um avanço pensando-se que faz parte de uma nova geração.

As mídias veem apresentando situações e movimentos que favorecem a realidade e a presença dos afrodescendentes no Brasil, seja num simples penteado ou adereço de cabelo a um ritmo musical coreografado nas raízes afro-brasileiras ou numa simples brincadeira onde apresenta um conhecimento de etnias africanas. Para Tony André Scharlau Vieira essa ideia ainda é distorcida:

O negro é retratado a partir de representações que ajudam a perpetuar diversos matizes de desigualdade e discriminação. Na imprensa, o afrodescendente continua associado à editoria policial, relacionado à criminalidade e à violência. Eles também aparecem quando são destaques no esporte e na cultura, especialmente na música. A mídia oferece através da exclusão ou distorção da imagem do negro, informações que consolidam a distinção social e de classe que permeiam as relações entre negros e brancos. (VIEIRA, 2014, p. 55 e 56)

Essa presença das manifestações dos defensores do assunto sobre a cultura afro-brasileira está trazendo um fortalecimento e reconhecimento da Lei 10.639/03, apesar do pouco conhecimento da Lei propriamente dito, o que contribui no ensino aprendizagem dos estudantes desta geração que veem que a história do negro não ficou somente registrado em livros didáticos de história e literaturas infanto-juvenis, mas que está presente entre nós, nos dias atuais, fazendo parte como sempre fez, dando assim continuidade à história dos povos de todo o mundo, dando espaço e abertura de voz para todos os povos enquanto cidadãos.

Para Lilia Schwarcz (2001) o “racismo silencioso” é presente em nossa sociedade. Já Gonçalves faz uma importante reflexão dando voz ao silêncio nas escolas e a muitos brasileiros quando diz que:

O movimento negro e pesquisadores negros mantêm como uma de suas reivindicações no campo da educação o ensino de história e cultura afro-brasileiras como forma de adequar o tratamento do patrimônio cultural negro nos currículos, e de dar visibilidade ao negro na sociedade brasileira “[e]m uma análise sobre as manifestações da discriminação racial, na escola, é preciso que se atente não só para o que se transmite, mas para o que se impede de transmitir” (GONÇALVES, 1988, p. 61).

A proliferação nas redes sociais também tem crescido, a passos lentos, em defesa dos Direitos Humanos, sendo ponto de referência para discussões, comentários, críticas, auto defesa, e ideologias sobre o assunto dos afro-brasileiros. Vimos que hoje tem se alcançado um estabelecimento nas relações entre a história estudada e a vida real vivenciada nos dias atuais. Nos Parâmetros Curriculares diz que:

A história ensinada na escola era apenas um instrumento de reprodução de valores das camadas dominantes da sociedade brasileira; assim percebemos que a história passou por muitas transformações importantes, adquirindo um papel fundamental na formação dos cidadãos brasileiros, fazendo-os compreender, posicionar-se, escolher e agir de maneira mais responsável frente ao desenvolvimento dessa transformação, respeitando sempre a diversidade, seja ela afrodescendente, indígena ou outra merece reconhecimento. E para se compreender é preciso entender os acontecimentos do passado, fazendo-se necessário a pesquisa aos documentos históricos, as produções humanas feitas no passado e que podem ser utilizadas para interpretá-lo; sejam eles fontes escritas ou documentos oficiais, artigos de jornais e revistas ou cartas, letras de uma música que muito retrata uma época, relatos, fotografias, filmagens, depoimentos, entrevistas, pinturas, filmes, enfim, são infinitas as formas e a importância de um documento histórico. (BRASIL, 1.997.p.32).

Segundo o professor Henrique Cunha, “não é possível conhecer a História do Brasil sem o conhecimento da história e da origem dos povos que deram início à nação brasileira”:

O argumento principal para o ensino da História Africana está no fato da impossibilidade de uma boa compreensão da história brasileira sem o conhecimento das histórias dos atores africanos, indígenas e europeus. As relações trabalho-capital realizadas no escravismo brasileiro são antes de tudo, relações entre africanos e europeus. A exclusão da História Africana é uma dentre as várias demonstrações do racismo brasileiro (CUNHA JR., 1997, p. 67).

Acredita-se que a partir desses movimentos, da implementação da Lei 10.639/03, das emendas da Constituição dos Direitos Humanos, dos argumentos de estudiosos que amparam e defendem a Lei 10.639/03, podem-se vincular ferramentas importantes e impactantes para o combate ao racismo e as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira a começar pelas instituições de ensino, onde a reflexão e a prática acontecem. Já para Nascimento:

É antiga a preocupação dos movimentos negros com a integração dos assuntos africanos e afro-brasileiros ao currículo escolar. Talvez a mais contundente das razões esteja nas consequências psicológicas para a criança afro-brasileira de um processo pedagógico que não reflete a sua face e de sua família, com sua história e cultura própria, impedindo-a de se identificar com o processo educativo. Erroneamente seus antepassados são retratados apenas como escravos que nada contribuíram ao processo histórico e civilizatório, universal do ser humano. Essa distorção resulta em complexos de inferioridade da criança negra, minando o desempenho e o desenvolvimento de sua criativa e capacidade de reflexão, contribuindo sensivelmente para os altos índices de evasão e repetência (NASCIMENTO, 1993, p. 11).

3.2- A Lei 10.639/03, o currículo e a formação dos professores na área do ensino fundamental.

O professor precisa de mais informação e formação sobre a Lei 10.639/03. Segundo Gomes,

A reflexão sobre o currículo está instalada como tema central nos projetos político-pedagógicos das escolas e nas propostas dos sistemas de ensino, assim como nas pesquisas, na teoria pedagógica e na formação inicial e permanente dos docentes. Neste período de ampliação da duração do ensino fundamental, em que são discutidas questões de tempo-espço, avaliação, metodologias, conteúdo, gestão, formação, não seria oportuno repensar os currículos na Educação Básica? Que indagações motivam esse repensar?

(GOMES, 2007, p.09)

Temos a Lei, mas faltam reconhecimento e aprofundamento de conhecimentos pela classe. Não basta a teoria, tem que haver uma reflexão sobre ela para ser posta em prática. Há materiais de qualidade sobre o assunto, mas faltam divulgação e incentivo da proposta dentro das escolas, na teoria das formações ouvimos e vemos uma coisa, na prática nas escolas fazemos outra. Precisa-se de uma (re) construção de currículo para uma prática pedagógica e social eficaz e de qualidade.

Muitas das vezes as escolas adquirem materiais riquíssimos que retratam de formas diferenciadas os conteúdos trabalhados em sala de aula, como livros literários, jogos, vídeos e músicas, materiais esses que muitas vezes são fornecidos em cursos e, após entrarem na escola fica apenas de apoio para o professor, sem poder levá-lo para sala de aula ou, muitas vezes, o próprio professor não tem a iniciativa de fazer uma busca, uma análise, pesquisar na escola que tipo pode melhor ilustrar suas aulas. A justificativa é que o material pode ser extraviado, estragado, mal utilizado pelo mal manuseio dos alunos, deixando a comunidade escolar sem o acesso a conhecimentos importantes por falta de uso desse conhecimento que lhes é por direito garantido.

Gomes afirma que:

É nesse contexto que se encontra a demanda curricular de introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas da educação básica. Ela exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade. (COMES, 2012, pg. 100)

A partir do momento em que conhecermos a real finalidade da Lei 10.639/03 partiremos para uma cobrança, ampliação, redefinição dos currículos enriquecendo os conteúdos deles, entrelaçando assim assuntos que dizem respeito tanto para escola quanto para a sociedade das culturas uma vez negada e que busca seu reconhecimento no currículo, procurando assim corrigir os anos perdidos de uma cultura.

No Município de Almirante Tamandaré, demos início nas escolas à releitura e diálogos sobre a reelaboração das Diretrizes Curriculares Municipais. Uma análise dos conteúdos, suas importâncias, as reais necessidades de mudanças ou não e, uma das principais colocações foi à implementação da *Lei 10.639/03, alterada para Lei 11.645/08, contemplando também a cultura indígena, na grade curricular, firmando assim conhecimento à Lei e posicionando o docente de estar trabalhando afincado durante o ano letivo essa proposta com os discentes, tornando-os conhecedores e receptores desses saberes.

No ano de 2013 a lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de História da África e dos negros no Brasil em todo o currículo dos sistemas de ensino, completou 10 anos. A lei foi regulamentada pelo parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Africanas. Em 2008, a lei foi modificada, sendo acrescida a obrigatoriedade da história indígena no Brasil (lei 11.645/08). (GOUVÊA, OLIVEIRA e SALES, 2014, p. 19)

A referida obra desses autores: Gouvêa, Oliveira e Sales ainda ressaltam que a proposta político-pedagógica envolve todos os sujeitos envolvidos no processo educacional e ainda na manutenção da formação dos professores como recomenda o parecer 03/2004:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. [...]. É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africanas e europeia. (BRASIL, 2004, p. 08).

Penso que, os governantes votam, liberam, assinam leis e depois elas ficam no esquecimento. Não são administradas adequadamente pelas secretarias e órgãos responsáveis. Caem no esquecimento. Menciono isso por ter ocorrido no meu município, na escola onde leciono quando viram meus levantamentos, dúvidas, questionamentos sobre a Lei 10.639/03 e sua

execução dentro das perspectivas das Diretrizes Curriculares Municipais e Nacionais e me perguntavam: De onde tirei isso? Que especialização é essa? Onde e como foi que isso começou? E, eu respondi que é uma Especialização das Relações Étnico-Raciais, que foi ofertada aos professores da rede de ensino público pela Universidade Federal do Paraná, inclusive que houve na época uma pré-seleção dos candidatos às vagas para o nosso município e, ninguém se lembrava disso. Mencionei ainda os encontros de formação do curso “A cor da Cultura” que era realizado anos anteriores, dos materiais guardados e mal utilizados pelos professores, que inclusive muitos desses professores são de novos concursos e PSS e que não tem contato com esses materiais e muito menos sabem fazer uso deles. Vejo nisso o descaso e a falta de conhecimento do que está acontecendo dentro das próprias instituições de ensino e, penso que para isso melhorar, é necessário maior divulgação e formação profissional.

Infelizmente os professores têm pouco, ou nenhum, conhecimento da Lei aqui referida, muitos não tem interesse em saber por que pode trazer mais trabalho para sala de aula, mais formação onde ele precisará abrir mão da sua hora atividade para freqüentar essas formações e muitos ainda por achar que o que vem sendo ensinado já é o suficiente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a Lei Nº 10.639/03, modificada para Lei Nº 11.645/08, onde regulamenta a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino, seja ela pública ou privada, procurei observar, analisar e aplicar a Lei nas aulas de 4º e 5º ano da Escola Municipal Professor Ignácio Lipski, visando compreender como as Relações Étnico-Raciais e Culturais vêm sendo trabalhadas na escola. Quais as dificuldades e limitações na aplicação da Lei na escola? O que a escola tem a oferecer aos alunos em relação à Lei? Como a escola pode ampliar os conhecimentos da Lei aos professores e como melhorar a integração de todos os alunos, inserindo a diversidade de raças e culturas na grade curricular?

Isso faz com que os professores trabalhem os conteúdos didáticos das diretrizes curriculares atrelados a Lei 11.645/08. Uma vez que é obrigatória e de suma importância dessa abordagem para ampliação de conhecimentos e diminuir distorções de informações de materiais didáticos que contemplem a história da cultura afro-brasileira e indígena para além das salas de aula, aonde o aluno possa enxergar sua história refletida nas histórias retratadas em qualquer escola onde quer que ele vá estudar.

Fica minha empolgação a dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado ano após ano e a ampliação de conhecimentos sobre a Lei Nº 10.639/03 e Lei Nº 11.645/08 e assim poder compartilhar com meus alunos e professores desse precioso saber e do reconhecimento da diversidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Paulo Vinícius da Silva. **Apontamentos sobre o racismo no Brasil.**

BAPTISTA, Paulo Vinicius da Silva; SANTOS, Wellington oliveira dos; PACÍFICO, Tânia Mara. **Pesquisas sobre desigualdades educacionais e relações raciais no Brasil: da infância ao ensino superior.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília | DF | Outubro | 2004.

BRASIL, **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: junho, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia 1ª a 4ª série.** Brasília: MEC/SEF, 1.997.p.32.

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 07/06/2015.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo /** Nilma Lino Gomes; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p. 1. *Ensino Fundamental - Brasil.* 2. *Educação Básica.* 3. *Currículo.* 4. *Diversidade - Cultural.* 5. *Diversidade - Social.* I.Beauchamp, Jeanete. II. Pagel, Sandra Denise. III. Nascimento, Aricélia Ribeiro do. IV. Brasil. Secretaria de Educação Básica. V.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Abril de 2012.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira; OLIVEIRA, Luiz Fernandes De; SALES, Sandra Regina. **Educação e relações étnico-raciais: entre diálogos contemporâneos e políticas públicas**\ organização de Fernando César Ferreira Gouvêa; Luiz Fernandes de Oliveira; Sandra Regina Sales. - 1. Ed. - Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii ; Brasília, DF: CAPES, 2014.

HASENBALG, Carlos A. **As imagens do negro na publicidade.** In: HANSELBAG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça.* Rio de Janeiro: Vértice, 1988, p. 183-188.

<http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=4893>: acesso em 10 de agosto de 2015.

http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-diversidade-racial-como-eixo-do-ensino-infantil_eoxwh9wyvIm8sz8t7n4s5tzru: acesso em 23 de setembro de 2015.

http://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2014/07/diretrizes_curriculares_nacionais_2013.pdf: acesso em 12 de outubro de 2015.

LOPES, Tânia Aparecida. **Proposta de implementação da lei no 10.639/2003 nos Espaços escolares.**

PORTO, Lílilana. **O ensino da história e cultura afro-brasileiras e a temática religiosa: dilemas enfrentados na aplicação da lei no 10.639/03.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Ignácio Lipski.** Escola Municipal Professor Ignácio Lipski – Ensino Fundamental. Município de Almirante Tamandaré/Paraná/Brasil. Ano de 2010.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da; OYAYOMI, Débora Cristina de Araújo. **A política educacional de educação das relações étnico-raciais: as alterações na LDB por meio das leis n. 10.639/2003.**

VIEIRA, Tony André Scharlau. **Relação meios de comunicação e preconceito étnico-racial – Desigualdades no plano simbólico.**

VIGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo, Martins Fontes, 1987.

ANEXOS

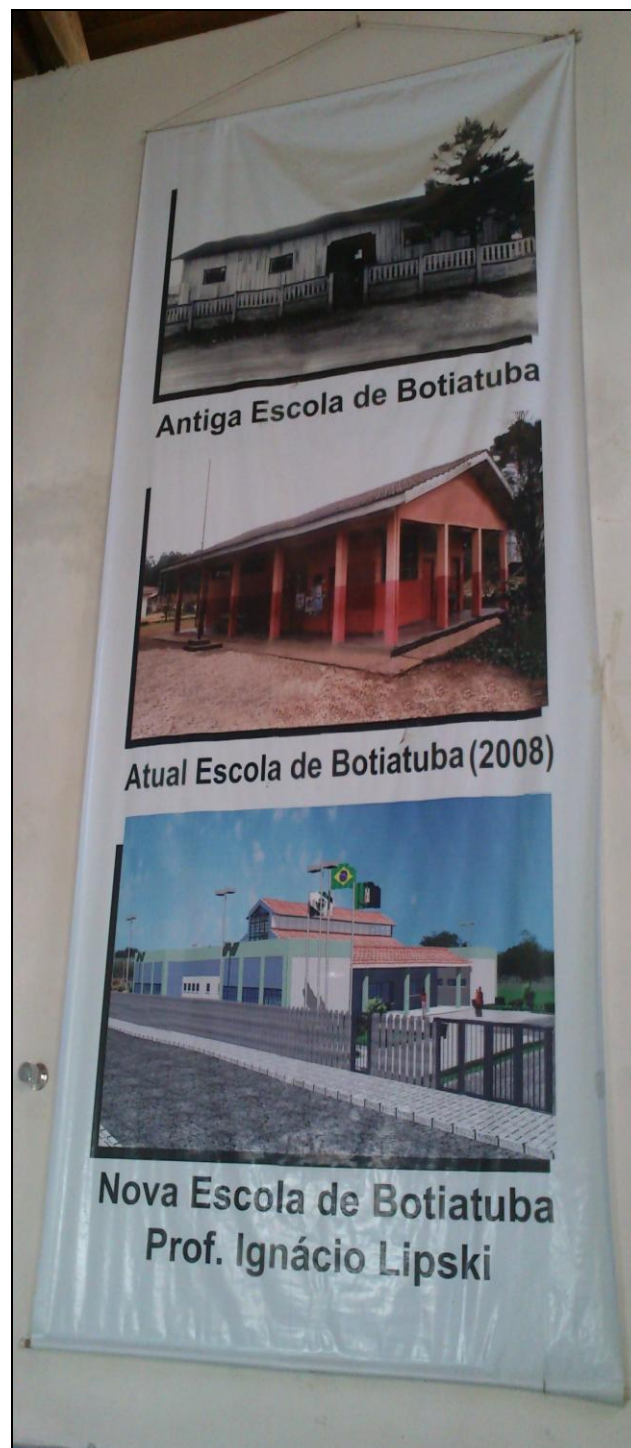
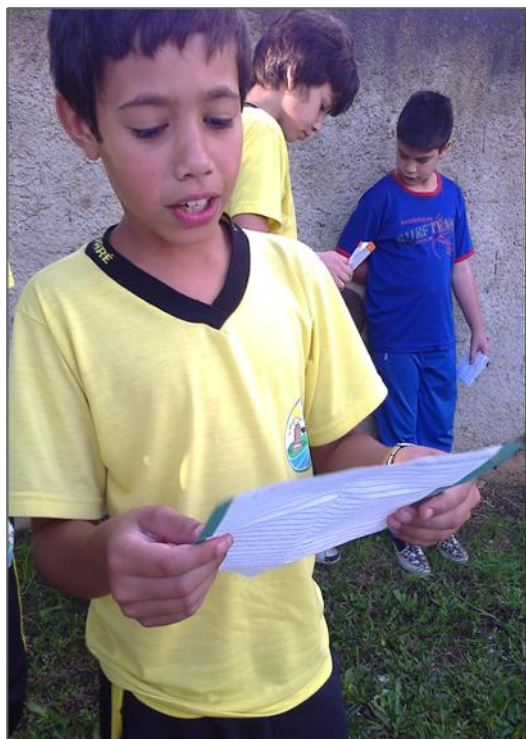
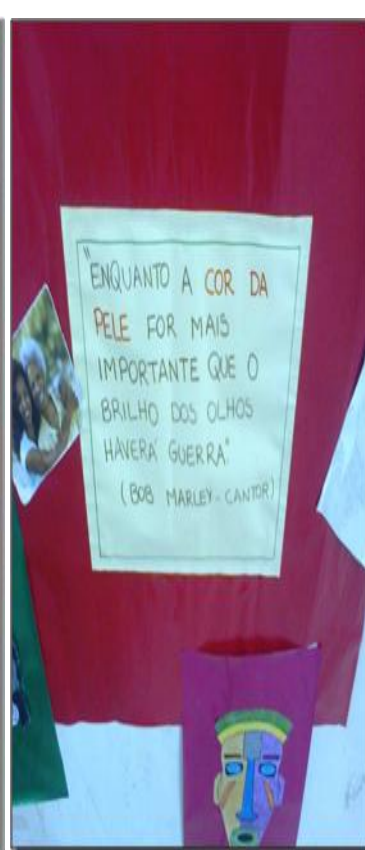


Figura 1: Escola Municipal Professor Ignácio Lipski (1939-2015).



Figuras 2 e 3: Aluno do 5º ano, lendo um texto de reportagem sobre preconceito racial e alunas dessa mesma turma escreveram e apresentaram um teatro sobre o mesmo assunto, abordando o caso do lateral Daniel Alves.





Figuras 4 a 11: Exposição de máscaras, frases, maquetes, ilustrações, dobraduras, trabalhos sobre a temática da Semana Cultura – Africanos e indígenas.



Figura 12 a 14: Jogos, CDs e DVDs da caixa "A cor da Cultura". Alunos jogando "Heróis de todo mundo"



Figura 15 e 16: Livro didático de História e a turma 5ºB após conclusão da aula sobre Conscientização.



Figuras 17 e 18: Aula de História sobre Identidade. Os alunos do 5º A e B confeccionaram seu RG.

DIRETRIZES CURRICULARES 2015.

E. M. P. Ignácio Lipski - Por: Professora Rosângela Rodrigues da Silva Mendes – 5º anos A e B

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ORIENTAÇÃO METODOLOGIA	PROJETOS ESPECIAIS	AValiação
<p>1. Fazer-se (re) conhecida a Lei 10.639/2003 – parecer 03/2004 (CNE) onde declara a implementação da obrigatoriedade de se trabalhar a História da Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas em todos os anos do Ensino Fundamental;</p> <p>2. Fazer-se (re) conhecida a alteração da Lei de 10.639/2003 para 11.645/2008 onde a obrigatoriedade de trabalhar a História da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena em todos os anos do Ensino Fundamental;</p>	<p>História da cultura africana e afro-brasileira, os povos principais trazidos para o Brasil; Quais povos atualmente vêm imigrando para o Brasil? Por quê?</p> <p>História da cultura indígena; as tribos indígenas existentes no Paraná, como os Kaingang e Guaranis;</p>	<p>1. Textos informativos que retratam a história (pré e pós-abolição) antes e depois do negro ter participado ativamente na construção da História do Brasil;</p> <p>2. Construção de textos coletivos sobre a realidade do negro e do indígena após o Descobrimento do Brasil (um trabalho incentivando o olhar para a história contemporânea, não tratando os povos indígenas como povos do passado);</p> <p>3. Cruzadinhas; caça-palavras; textos enigmáticos; H.Q; jogos e brincadeiras de outras etnias, valorizando assim a diversidade cultural.</p> <p>4. http://www.indioeduca.org/</p> <p>(projeto Índio educa e o projeto vídeo nas aldeias).</p>	<p>A vida do africano e afro-brasileiro na atualidade do Brasil e do mundo.</p> <p>Como são representados e por quem são representados?</p> <p>Livros literários e didáticos onde os negros e como os negros são representados neles;</p> <p>Na sociedade, na economia, na política, no esporte, na mídia, no trabalho (que tipos de trabalho e afins e valorização estão representados/empregados os negros);</p> <p>(Os livros de literaturas com heróis, princesas e príncipes que retratam o negro de forma valorizada e igualitária);</p>	<p>Pesquisas atuais que retratam o negro como personagem atuante e construtor assim como qualquer outro indivíduo na sociedade da construção da História Brasil;</p> <p>Produção de cartazes com fotografias, figuras, escritas de frases, textos e ouros sobre o negro/africano/afro-brasileiro, indígena, cigano e toda diversidade cultural ocorrida para o nosso país, Brasil.</p> <p>Releitura de obras, de textos em diferentes suportes que trazem notícias, histórias, comentários, artigos, opiniões e afins sobre o negro e indígena.</p>

1. No ano de 2013 a lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de História da África e dos negros no Brasil em todo o currículo dos sistemas de ensino, completou 10 anos. A lei foi regulamentada pelo parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Africanas. Em 2008, a lei foi modificada, sendo acrescida a obrigatoriedade da história indígena no Brasil (lei 11.645/08). (GOUVÊA, OLIVEIRA e SALES, 2014, p. 19). 2. A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. [...] É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africanas e europeia. (BRASIL, 2004, p. 08).